



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROVA DE CONHECIMENTO INTELECTO-PROFISSIONAL (PCIP) PARA
ACESSO AO CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS (CHS/2026)



☒ Ao receber este Caderno de Questões, **verifique** se:

- contém **100 QUESTÕES** de múltipla escolha, numeradas de **1** a **100**;
- caso contrário, solicite ao Fiscal da sala outro Caderno.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

FRASE: **A persistência transforma sonhos em realidade.**

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



INSTRUÇÕES GERAIS

- ☒ O tempo de duração da totalidade da Prova será de **5 (cinco)** horas. Este tempo inclui o necessário para a transferência das respostas para o **CARTÃO-RESPOSTA**.
- ☒ Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e leia atentamente as instruções para preencher o **CARTÃO-RESPOSTA**.
- ☒ Ainda no **CARTÃO-RESPOSTA**, deverá ser indicado o **"TIPO"** de Caderno de Questões, sob pena de ser **eliminado**.
- ☒ O **CARTÃO-RESPOSTA** não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- ☒ A forma correta de assinalar a alternativa no **CARTÃO-RESPOSTA** é preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada de cada questão.
- ☒ Assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação em mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas. Em hipótese alguma, haverá substituição do **CARTÃO-RESPOSTA** por erro do candidato.
- ☒ Após o término de sua prova, entregue **OBRIGATORIAMENTE** ao Fiscal, este **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA** devidamente assinados. Havendo algum problema, informe imediatamente ao Fiscal, para que ele tome as providências necessárias. Caso o candidato não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação posterior.
- ☒ Os **03 (três) últimos candidatos** deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- ☒ Ao sair da sala no término da sua prova, o candidato **NÃO PODERÁ UTILIZAR O BANHEIRO**.
- ☒ O gabarito oficial preliminar da Prova Objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idib.org.br, juntamente com os Cadernos de Questões, conforme Edital.

TIPO

A

NÃO ESQUEÇA DE
MARCAR O TIPO
CORRESPONDENTE À
SUA PROVA NO
CARTÃO-RESPOSTA!

LÍNGUA PORTUGUESA

- Texto para as questões de 1 a 20.

Sobre peixes e linguagem

Marcos Bagno

Me ocorre frequentemente a ideia de que nós nos relacionamos com a linguagem assim como os peixes se relacionam com a água. Fora da água, o peixe não existe, toda a sua natureza, seu desenho, seu organismo, seu modo de ser estão indissociavelmente vinculados à água. Outros animais até conseguem sobreviver na água ou se adaptar a ela, como focas, pinguins, sapos e salamandras, que levam uma existência anfíbia. Mas os peixes não: ser peixe é ser na água. Com os seres humanos é a mesma coisa: não existimos fora da linguagem, não conseguimos sequer imaginar o que é não ter linguagem — nosso acesso à realidade é mediado por ela de forma tão absoluta que podemos dizer que para nós a realidade não existe, o que existe é a tradução que dela nos faz a linguagem, implantada em nós de forma tão intrínseca e essencial quanto nossas células e nosso código genético. Ser humano é ser linguagem. Mas a comparação com o peixe também pode se aplicar a uma outra dimensão da linguagem, que é a única forma como a linguagem realmente adquire existência: a dimensão textual. Abrir a boca para falar, empunhar um instrumento para grafar o que quer que seja, ativar a memória, raciocinar, sonhar, esquecer... todas essas atividades humanas só se realizam como textos. Só tem linguagem onde tem texto. No entanto, por alguma misteriosa razão, os estudos linguísticos, durante quase dois milênios, desprezaram esse caráter essencialmente textual da linguagem humana.

Talvez justamente por ele ser tão íntimo e inevitável quanto respirar, algo que fazemos tão intuitivamente que nunca nos detemos para refletir sobre isso, é que o caráter textual de toda manifestação da linguagem tenha sofrido esse soberano desprezo. E as consequências desse desprezo, para a educação, configuram a tragédia pedagógica que tão bem conhecemos: a redução do estudo da língua, na escola, à palavra solta e à frase isolada.

Uma palavra solta, uma frase isolada são um peixe fora d'água. O texto é o ambiente natural para qualquer palavra, qualquer frase. Fora do texto, a palavra sufoca, a frase estrebucha e morre. E como pode o peixe vivo viver fora da água fria?

Prefácio do livro *Análise de texto: fundamentos e prática*, de Irandé Antunes.

1 - A intencionalidade discursiva do autor foi construída, predominantemente, por meio de um recurso textual balizado por:

- (A) uma analogia explícita.
- (B) uma comparação implícita.
- (C) um recurso estilístico de personificação.
- (D) uma linguagem técnica à base de jargões.
- (E) uma lide descritiva.

2 - “[...] por ele ser tão íntimo e inevitável quanto respirar, algo que fazemos tão intuitivamente que nunca nos detemos para refletir sobre isso, é que o caráter textual de toda manifestação da linguagem tenha sofrido esse soberano desprezo.”

Depreende-se, acerca desse trecho, que, consoante o articulista:

- (A) o caráter textual é deletério à manifestação da linguagem.
- (B) o caráter textual é extrínseco à manifestação da linguagem.
- (C) o caráter textual é adventício à manifestação da linguagem.
- (D) o caráter textual é arbitrário à manifestação da linguagem.
- (E) o caráter textual é inerente à manifestação da linguagem.

3 - “[...] ativar a memória, raciocinar, sonhar, esquecer...”

As orações que formam o período anterior são:

- (A) coordenadas sindéticas.
- (B) coordenadas assindéticas.
- (C) subordinadas adverbiais.
- (D) subordinadas substantivas.
- (E) subordinadas adjetivas.

4 - Em se tratando da colocação dos pronomes na passagem a seguir, é correto o que se diz em:

“**Me**¹ ocorre frequentemente a ideia de que nós nos relacionamos com a linguagem assim como os peixes **se**² relacionam com a água.”

- (A) exige-se a ênclise em 1 e em 2 conforme a norma-padrão de colocação pronominal.
- (B) infringe as regras de colocação pronominal em 1 e em 2 pelo caráter proclítico.
- (C) prevalece proclítica em 2 em decorrência da conjunção subordinativa que antecede o pronome **se**.
- (D) prevalece proclítica em 1, uma vez que, ao iniciar o período, exige-se o pronome antes do verbo segundo as regras de colocação.
- (E) exige-se a mesóclise em 2 em decorrência do tempo verbal em que se encontra o verbo posposto ao pronome **se**.

5 - No trecho “[...] podemos dizer que para nós a realidade não **existe**¹, o que **existe**² é a tradução que dela nos faz a linguagem”, a regência do verbo **existir** é:

- (A) intransitiva em 1 e em 2.
- (B) transitiva direta em 1 e em 2.
- (C) transitiva indireta em 1 e em 2.
- (D) intransitiva em 1 e transitiva direta em 2.
- (E) transitiva direta em 1 e intransitiva em 2.

6 - Analise os períodos I e II, para demarcar o item correto, em se tratando do uso ou da ausência da vírgula em relação aos elementos conectores destacados.

- I. “Outros animais até conseguem sobreviver na água ou se adaptar a ela, como focas, pinguins, sapos e salamandras, **que** levam uma existência anfíbia.”
- II. “E as consequências desse desprezo, para a educação, configuram a tragédia pedagógica **que** tão bem conhecemos [...]”

- (A) O uso da vírgula em I ou a sua ausência são indiferentes para o contexto semântico do período.
- (B) A ausência da vírgula em II ou o seu uso são indiferentes para a classificação específica da oração iniciada pelo elemento conector **que**.
- (C) O uso da vírgula em I ou a sua ausência são indiferentes para o caráter restritivo ou explicativo do período.
- (D) A ausência da vírgula em II ou o seu uso são indiferentes para a classificação da função acessória da oração iniciada pelo elemento conector **que**.
- (E) A ausência da vírgula em II acrescenta uma informação adicional, não essencial, sobre o termo antecedente.

7 - “Uma palavra solta, uma frase isolada **são** um peixe fora d’água.”

Aponte a alternativa que indica uma regra de concordância verbal possível acerca da passagem em análise.

- (A) Só permite a flexão do verbo no plural em decorrência do predicativo do sujeito ser uma expressão que não demanda valor estilístico ao período.
- (B) Há a possibilidade do verbo permanecer na terceira pessoa do singular, concordando com os núcleos dos sujeitos: “palavra” e “frase”.
- (C) Só permite a flexão do verbo no plural em decorrência do sujeito composto não ser ligado por elemento aditivo, a exemplo de “Uma palavra solta **e** uma frase isolada.”
- (D) O verbo deve obrigatoriamente flexionar-se no singular, porque o sujeito composto antecede o verbo e forma uma enumeração de ideias equivalentes.
- (E) Há a possibilidade do verbo permanecer na terceira pessoa do singular, concordando com o predicativo do sujeito singular “um peixe”, indicando unidade de sentido.

8 - As classes de palavras organizam os vocábulos da Língua Portuguesa em diversos grupos, os quais estudam a função de cada palavra da gramática no texto. Assim sendo, aponte a alternativa em que o emprego do vocábulo destacado está corretamente descrito entre parênteses.

- (A) “Outros animais até conseguem sobreviver na água ou se adaptar **a** ela [...]” (artigo)
- (B) “[...] não conseguimos **sequer** imaginar o que é não ter linguagem [...]” (advérbio)
- (C) “O texto é o ambiente natural para **qualquer** palavra, qualquer frase.” (adjetivo)
- (D) “E como pode o peixe **vivo** viver fora da água fria?” (verbo)
- (E) “[...] configuram a tragédia pedagógica que **tão** bem conhecemos.” (interjeição)

9 - Sobre a acentuação gráfica dos vocábulos destacados na passagem “[...] quanto nossas células e nosso **código genético**”, afirma-se corretamente que:

- (A) ambos são paroxítonos.
- (B) **código** é proparoxítona e **genético** é paroxítona.
- (C) **código** é paroxítona e **genético** é proparoxítona.
- (D) **código** é paroxítono e **genético** é oxítono.
- (E) ambos são proparoxítonos.

10 - Sobre a estrutura do período “[...] nosso acesso à realidade é mediado por ela [...]”, é correto dizer que:

- (A) está na voz passiva analítica com agente expreso.
- (B) está na voz passiva analítica sem agente expreso.
- (C) está na voz passiva sintética com agente expreso.
- (D) está na voz passiva sintética sem agente expreso.
- (E) está na voz reflexiva sem agente expreso.

11 - “[...] nosso acesso à realidade é mediado por ela de forma tão absoluta **que**¹ podemos dizer **que**² para nós a realidade não existe [...]”

Em se tratando dos elementos conectores enumerados no período em evidência, é correto afirmar que:

- (A) 1 e 2 são pronomes.
- (B) 1 e 2 são conjunções.
- (C) 1 é conjunção; 2, pronome.
- (D) 1 é pronome; 2, conjunção.
- (E) 1 é conjunção; 2, preposição.

12 - O termo da sintaxe demarcado em “[...] nosso acesso à realidade” é mediado por ela “[...]” desempenha a mesma função do elemento sintático ressaltado em:

- (A) Cortei-lhe os excessos.
- (B) Disse-lhe toda a verdade sobre os fatos.
- (C) O álcool sempre lhe foi prejudicial.
- (D) Uma ideia mirabolante lhe veio à cabeça.
- (E) A atenção lhe foi tirada.

13 - Tendo por base a formação do tempo composto da base verbal realçada na passagem a seguir, pode-se afirmar que ele se estrutura conforme o:

“[...] o caráter textual de toda manifestação da linguagem tenha sofrido esse soberano desprezo.”

- (A) pretérito perfeito do indicativo.
- (B) pretérito mais-que-perfeito do indicativo.
- (C) pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo.
- (D) futuro do pretérito do indicativo.
- (E) pretérito perfeito do subjuntivo.

14 - A oração destacada no trecho entre aspas desempenha função sintática de:

“Me ocorre frequentemente a ideia de que nós nos relacionamos com a linguagem [...]”

- (A) sujeito.
- (B) predicativo.
- (C) objeto indireto.
- (D) complemento nominal.
- (E) objeto direto.

15 - Em “[...] o que existe é a tradução que dela nos faz a linguagem”, o vocábulo realçado trata-se de um pronome:

- (A) relativo.
- (B) demonstrativo.
- (C) pessoal do caso reto.
- (D) pessoal do caso oblíquo.
- (E) indefinido.

16 - “Só tem linguagem onde tem texto. No entanto, por alguma misteriosa razão, os estudos linguísticos, durante quase dois milênios, desprezaram esse caráter essencialmente textual da linguagem humana.”

O conectivo realçado atribui ao contexto discursivo, em que se insere, uma relação de:

- (A) conclusão.
- (B) explicação.
- (C) alternância.
- (D) adversidade.
- (E) condição.

17 - O uso da crase, no fragmento a seguir, demarca, em relação aos sintagmas ressaltados, a função sintática de:

“E as consequências desse desprezo, para a educação, configuram a tragédia pedagógica que tão bem conhecemos: a redução do estudo da língua, na escola, à palavra solta e à frase isolada.”

- (A) objeto indireto.
- (B) adjunto adverbial.
- (C) adjunto adnominal.
- (D) complemento nominal.
- (E) agente da passiva.

18 - A partir do substantivo água, assinale a alternativa em que a flexão do verbo aguar esteja corretamente conjugada nos períodos seguintes.

- (A) Ele água o jardim todos os dias.
- (B) É necessário que eu agúe o jardim à noite.
- (C) Ele agúa as plantas três vezes por semana.
- (D) Por eu aguar o jardim demais, as plantas morreram.
- (E) Eu aguo as rosas no jardim.

19 - A função desempenhada pela oração seguinte destacada é de:

“E as consequências desse desprezo, para a educação, configuram a tragédia pedagógica que tão bem conhecemos.”

- (A) objeto direto.
- (B) adjunto adverbial.
- (C) adjunto adnominal.
- (D) predicativo do sujeito.
- (E) aposto.

20 - Em “[...] o que existe é a tradução que dela nos faz a linguagem”, o verbo fazer, quanto à regência, é:

- (A) transitivo direto, em que a linguagem é seu objeto direto.
- (B) transitivo indireto, em que o pronome nos é seu objeto indireto.
- (C) bitransitivo, em que a tradução é seu objeto direto e o pronome nos é seu objeto indireto.
- (D) intransitivo, pois apresenta autossuficiência sintático-semântica no contexto em que se insere.
- (E) transitivo direto, em que o substantivo tradução é seu objeto direto.

CONHECIMENTO TÉCNICO - POLICIAL

21 - Tendo em vista as disposições presentes na Constituição Federal acerca das polícias militares, é correto afirmar que a esta cabe:

- (A) A polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- (B) Patrulhamento ostensivo das rodovias federais e a preservação da ordem pública.
- (C) A segurança dos estabelecimentos penais e a execução de atividades de defesa civil.
- (D) Patrulhamento ostensivo de rodovias e ferrovias federais.
- (E) A segurança pública e a polícia judiciária, cabendo à Polícia Militar a apuração de infrações penais comuns e militares.

22 - Com base exclusivamente na Convenção Contra a Tortura promulgada pelo Decreto nº 40/1991, assinale a alternativa correta quanto ao uso de declarações obtidas mediante tortura.

- (A) A declaração obtida mediante tortura é inadmissível apenas em processos criminais, podendo ser utilizada em processos administrativos.
- (B) A declaração obtida mediante tortura é válida quando utilizada para fins de segurança nacional.
- (C) A declaração que se demonstre ter sido prestada como resultado de tortura não poderá ser invocada como prova em qualquer processo, salvo contra uma pessoa acusada de tortura como prova de que a declaração foi prestada.
- (D) A declaração obtida mediante tortura pode ser aceita quando não houver outra prova disponível.
- (E) A declaração obtida mediante tortura é válida se confirmada pelo acusado em juízo, independentemente da forma como foi colhida.

23 - Ao tratamos do Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei, quanto aos assuntos de natureza confidencial em poder dos funcionários responsáveis pela aplicação da Lei, é correto afirmar que:

- (A) Os assuntos de natureza confidencial em poder dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem ser mantidos confidenciais, independente se o cumprimento do dever ou necessidade de justiça estritamente exijam outro comportamento.
- (B) Os assuntos de natureza confidencial em sigilo podem ser revelados, a critério dos responsáveis pela aplicação da lei, podendo revelar seu conteúdo a superiores e subordinados independentemente do cumprimento de dever ou necessidade de justiça.
- (C) Os assuntos de natureza confidencial em poder dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei não devem ser mantidos confidenciais, em razão do atendimento ao princípio da publicidade.
- (D) Os assuntos de natureza confidencial em poder dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem ser mantidos confidenciais, a não ser que o cumprimento do dever ou necessidade de justiça estritamente exijam outro comportamento.
- (E) Os assuntos de natureza confidencial em poder dos responsáveis pela aplicação da lei devem ser livremente compartilhados com a imprensa, em atenção ao princípio da publicidade.

24 - Tomando por base as disposições da Convenção Contra a Tortura promulgada pelo Decreto nº 40/1991, assinale a alternativa correta quanto ao dever dos Estados Partes de garantir reparação.

- (A) A reparação à vítima de tortura é facultativa e depende de manifestação do Comitê contra a Tortura.
- (B) A compensação prevista limita-se à indenização pecuniária, não abrangendo medidas de reabilitação.
- (C) O direito à reparação somente existe quando o ato de tortura for cometido fora do território do Estado Parte.
- (D) A vítima de tortura somente terá direito à reparação se o Comitê contra a Tortura reconhecer formalmente a responsabilidade internacional do Estado.
- (E) A vítima de tortura deverá ter assegurado o direito à reparação e a uma indenização justa e adequada, incluindo os meios necessários para a mais completa reabilitação possível, garantindo ainda indenização aos dependentes em caso de morte.

25 - Sobre a proibição de expulsão, devolução ou extradição prevista na Convenção Contra a Tortura, marque a alternativa correta:

- (A) A expulsão, devolução ou extradição de uma pessoa para outro Estado não poderá ser procedida quando houver razões substanciais para crer que ela corre perigo de ser submetida à tortura.
- (B) A extradição pode ocorrer mesmo havendo risco de tortura, desde que haja tratado bilateral específico.
- (C) A devolução é admitida quando houver razões substanciais para crer que a pessoa poderá sofrer punição severa, ainda que não configurada tortura.
- (D) A expulsão é permitida quando o Estado responsável pela prática da tortura apresentar garantias diplomáticas de que não repetirá o ato.
- (E) A proibição de envio da pessoa a outro Estado aplica-se exclusivamente aos pedidos de extradição, não abrangendo expulsão ou devolução.

26 - Nos termos da Convenção Contra a Tortura, assinale a opção correta quanto ao treinamento de pessoal estatal.

- (A) A formação sobre a proibição da tortura é obrigatória apenas para agentes policiais, sendo facultativa para os demais servidores públicos.
- (B) O ensino e a informação sobre a proibição da tortura deverão ser plenamente incorporados ao treinamento de todo o pessoal civil ou militar encarregado da aplicação da lei, bem como de médicos, funcionários públicos e qualquer pessoa que participe da custódia, interrogatório ou tratamento de indivíduos detidos.
- (C) A Convenção recomenda, mas não exige qualquer tipo de treinamento especializado.
- (D) A capacitação relativa à proibição da tortura é restrita ao pessoal militar diretamente envolvido em operações externas.
- (E) O ensino sobre a proibição da tortura deve ser direcionado apenas a magistrados e membros do Ministério Público, dispensando-se o treinamento de agentes de custódia e interrogatório.

27 - Tomando por base as imposições presentes na Resolução nº 34/169, em especial sobre a prática de tortura pelos responsáveis à aplicação da Lei, assinale a alternativa correta.

- (A) O funcionário invocando circunstâncias excepcionais, como o caso de estado de guerra, poderá infligir, instigar ou tolerar atos de tortura.
- (B) Somente nos casos de ameaça a segurança nacional é que se admite que o funcionário responsável pela aplicação da Lei pratique ato de tortura.
- (C) Nenhum funcionário responsável pela aplicação da lei pode infligir, instigar ou tolerar qualquer ato de tortura ou qualquer outro tratamento ou pena cruel, desumano ou degradante, nem nenhum destes funcionários pode invocar ordens superiores ou circunstâncias excepcionais, tais como o estado de guerra ou uma ameaça de guerra, ameaça à segurança nacional, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, como justificativa para torturas ou outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.
- (D) Havendo a ameaça de emergência pública, é facultada ao funcionário responsável pela aplicação da Lei a realização de tratamento e pena cruel, de modo a evitá-la.
- (E) O funcionário responsável pela aplicação da lei pode invocar ordens superiores como causa excludente de responsabilidade quando praticar atos de tortura.

28 - A respeito da proteção da saúde das pessoas sob a guarda dos funcionários responsáveis pela aplicação da Lei, conforme abordado pela Resolução nº 34/169, é correto afirmar que:

- (A) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem garantir a proteção da saúde de todas as pessoas sob sua guarda, sendo vetado a adoção de medidas imediatas para assegurar-lhes cuidados médicos.
- (B) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei não são responsáveis pela proteção da saúde das pessoas sob sua guarda.
- (C) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem garantir a proteção da saúde de uma parcela das pessoas sob sua guarda.
- (D) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem garantir a proteção da saúde de todas as pessoas sob sua guarda e, em especial, devem adotar medidas imediatas para assegurar-lhes cuidados médicos, sempre que necessário.
- (E) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei somente respondem pela saúde dos detidos já condenados, não se estendendo esse dever aos presos provisórios.

29 - Tendo por base os ensinamentos expressos na Diretriz Nacional de Polícia Comunitária, assinale a alternativa que melhor represente o conceito de polícia comunitária com base na filosofia.

- (A) É a organização de qualquer estrutura que possua uma função policial, de fiscalização ou de atendimento a comunidade.
- (B) É o estudo geral sobre a natureza das coisas e suas relações entre si, ou ainda, como uma forma de compreender e pensar sobre determinado assunto.
- (C) É a arte de usar os meios disponíveis ou as condições que se apresentam para atingir determinados objetivos, ou também, forma de fazer, de utilizar recursos para atingir certa finalidade.
- (D) É a reunião de duas ou mais pessoas para um fim de interesse comum, ou ação de mais de um ator para alcançar um objetivo comum a todos os atores sociais.
- (E) É o conjunto de normas internas de cada instituição policial que define sua atuação isolada, sem relação direta com a população ou demais atores sociais.

30 - Acerca dos mandamentos trazidos na Portaria nº 43/2019, que dispõe sobre a Diretriz Nacional de Polícia Comunitária, indique a alternativa que melhor apresente o conceito de policiamento comunitário.

- (A) É uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia.
- (B) É a arte de usar os meios disponíveis ou as condições que se apresentam para atingir determinados objetivos, ou também, forma de fazer, de utilizar recursos para atingir certa finalidade.
- (C) É a ação de policiar, patrulhar o território para evitar, pela presença do agente público, a prática de ilícitos penais e contravencionais, de desenvolver ações efetivas junto à comunidade com o escopo de prevenir delitos e eventualmente reprimi-los.
- (D) É a reunião de duas ou mais pessoas para um fim de interesse comum, ou ação de mais de um ator para alcançar um objetivo comum a todos os atores sociais.
- (E) É a atuação policial exclusivamente reativa, voltada à repressão após o crime, sem interação prévia com a comunidade nem ações de prevenção.

31 - Tomando por base as disposições presentes na Portaria nº 43/2019, que dispõe sobre a Diretriz Nacional de Polícia Comunitária, aponte a alternativa que cite corretamente os elementos de polícia comunitária.

- (A) Prevenção do crime baseada na comunidade; Reorientação das atividades de patrulhamento; Aumento da responsabilização da polícia; Descentralização do comando; Supervisão; e Policiamento orientado para solução de problema.
- (B) Prevenção do crime baseada no ordenamento nacional; Reorientação das atividades de patrulhamento; Diminuição da responsabilização da polícia; Descentralização do comando; Supervisão; e Policiamento orientado para solução de problema.
- (C) Prevenção do crime baseada no ordenamento nacional; Reorientação das atividades de patrulhamento; Aumento da responsabilização da polícia; Centralização do comando; Supervisão; e Policiamento orientado para solução de problema.
- (D) Prevenção do crime baseada no ordenamento nacional; Reorientação das atividades de patrulhamento; Aumento da responsabilização da polícia; Descentralização do comando; Supervisão; e Policiamento orientado para evitar o problema.
- (E) Prevenção do crime baseada na repressão imediata; concentração das atividades de patrulhamento; diminuição da responsabilização da polícia; centralização extrema do comando; ausência de supervisão e policiamento baseado apenas em presença física.

32 - No que se refere à prevenção primária, à luz do que nos leciona a Portaria nº 43/2019 que institui a Diretriz Nacional de Polícia Comunitária, é possível afirmar que esta não é percebida como de competência exclusiva das agências de segurança pública, mas também:

- (A) De famílias, hospitais e centros recreativos.
- (B) De famílias, escolas e sociedade.
- (C) De hospitais, escolas e bibliotecas.
- (D) Do exército, guardas municipais e empresas de segurança privada.
- (E) De responsabilidade exclusiva das agências de segurança pública, sem qualquer participação de famílias, escolas ou demais segmentos da sociedade.

33 - A respeito da prevenção terciária, abordada sob a ótica da Portaria nº 43/2019 que institui a Diretriz Nacional de Polícia Comunitária, é correto afirmar que esta:

- (A) Atua quando já houve vitimização, procurando evitar a reincidência do autor e promover a reabilitação individual e social da vítima.
- (B) Está fundamentada na noção de risco e proteção. A intervenção incide sobre determinados locais, grupos sociais ou outras características de indivíduos que têm maiores probabilidades de se tornarem agressores ou vítimas.
- (C) Atua antes de ocorrer a vitimização, procurando evitar que o autor promova o ato.
- (D) É baseada na prevenção de competência exclusiva das agências de segurança pública.
- (E) Tem por foco principal apenas a punição rigorosa do infrator, sem qualquer preocupação com a reincidência ou reabilitação da vítima.

34 - Com base na Convenção Contra a Tortura, assinale a alternativa correta quanto às obrigações dos Estados Partes relativas ao exame de normas e práticas de interrogatório.

- (A) Devem revisar práticas de interrogatório apenas quando houver denúncia formal de tortura.
- (B) Devem cuidar do exame das normas de custódia facultativamente, sendo obrigatório apenas quanto aos métodos de interrogatório.
- (C) Devem manter sistematicamente sob exame as normas, instruções, métodos e práticas de interrogatório, bem como disposições sobre custódia e tratamento de pessoas privadas de liberdade, visando evitar qualquer caso de tortura.
- (D) Devem examinar periodicamente desde que atendendo à solicitação prévia do Comitê contra a Tortura.
- (E) Devem revisar somente as normas e as práticas de interrogatório quando houver condenação definitiva de agente por crime de tortura.

35 - De acordo com o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (CCEAL), adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no que tange ao emprego da força, marque a alternativa correta.

- (A) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei só podem empregar a força quando estritamente necessária e na medida exigida para o cumprimento do seu dever, sendo o emprego de armas de fogo considerado uma medida de rotina em situações de resistência.
- (B) O emprego da força por parte dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei deve ser excepcional, e o uso de armas de fogo é considerado uma medida extrema e intangível, devendo ser utilizadas somente quando um suspeito oferece resistência armada ou, de algum outro modo, põe em risco vidas alheias e medidas menos drásticas são insuficientes para dominá-lo.
- (C) O CCEAL permite que os funcionários responsáveis pela aplicação da lei invoquem ordens superiores como justificativa para infligir atos de tortura, desde que em circunstâncias excepcionais, como ameaça à segurança nacional ou instabilidade política interna.
- (D) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem sempre cumprir o dever que a lei lhes impõe, mas o CCEAL estabelece que a proteção da saúde das pessoas sob sua guarda é uma responsabilidade secundária, não exigindo medidas imediatas para assegurar cuidados médicos.
- (E) O CCEAL autoriza o uso rotineiro de armas de fogo para garantir a obediência imediata às ordens, ainda que não haja risco à vida ou à integridade física.

36 - Nos termos do Decreto nº 88.777/83, assinale a opção correta quanto ao conceito de “À disposição”.

- (A) É a situação em que o policial-militar é afastado temporariamente das funções, sem exercer qualquer atividade operacional.
- (B) É a situação em que o policial-militar passa a compor força de emprego imediato em operações de Defesa Interna.
- (C) É a situação em que o policial-militar é designado para o exercício de cargo civil permanente na administração indireta.
- (D) É a situação em que se encontra o policial-militar a serviço de órgão ou autoridade a que não esteja diretamente subordinado.
- (E) É a situação em que o policial-militar se encontra afastado de todas as funções por estar em férias regulamentares.

37 - Tomando por base as posturas expressas na Convenção Contra a Tortura promulgada pelo Decreto nº 40/1991, em especial sobre o dever de investigação dos Estados Partes, assinale a alternativa correta.

- (A) Devem assegurar que suas autoridades competentes procedam imediatamente a uma investigação imparcial sempre que houver motivos razoáveis para crer que um ato de tortura foi cometido em qualquer território sob sua jurisdição.
- (B) Devem realizar investigação somente quando a vítima apresentar queixa formal contendo prova suficiente do ato de tortura.
- (C) Devem proceder a investigação desde que autorizados previamente pelo Comitê contra a Tortura, quando se tratar de fatos praticados por funcionário público.
- (D) Devem investigar quando houver confirmação prévia de que o autor do ato de tortura é nacional do próprio Estado Parte.
- (E) Devem se obrigar a investigar atos de tortura após decisão condenatória do Comitê contra a Tortura reconhecendo violação da Convenção.

38 - Conforme a postura do Decreto nº 88.777/83, indique a alternativa correta sobre “Manutenção da Ordem Pública”.

- (A) É o conjunto de operações militares realizadas exclusivamente pelas Forças Armadas em situações de guerra externa.
- (B) É a atividade limitada à repressão de eventos já consumados, sem incluir ações preventivas.
- (C) É a função destinada apenas a garantir o livre funcionamento dos poderes constituídos em âmbito federal.
- (D) Consiste em manter vigilância puramente documental sobre o cumprimento das leis, sem emprego de poder de polícia nem ações ostensivas.
- (E) É o exercício dinâmico do poder de polícia, no campo da segurança pública, por atuações predominantemente ostensivas, visando a prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que violem a ordem pública.

39 - Com base exclusivamente no Decreto nº 88.777/83, assinale a alternativa correta quanto ao “Policamento Ostensivo”.

- (A) O policiamento técnico ostensivo abrange apenas o ostensivo portuário e de radiopatrulha terrestre e aérea.
- (B) O policiamento de segurança externa dos estabelecimentos penais não faz parte do policiamento ostensivo.
- (C) O policiamento ostensivo abrange, dentre outras, o ostensivo geral, urbano e rural.
- (D) O policiamento de trânsito não abrange o policiamento ostensivo.
- (E) As missões peculiares das forças armadas são um dos tipos de policiamento ostensivo objetivo.

40 - Segundo o Decreto nº 88.777/83, assinale a alternativa correta quanto às hipóteses de convocação da Polícia Militar.

- (A) A Polícia Militar poderá ser convocada apenas em caso de calamidade pública estadual, independentemente de declaração do Governo Federal.
- (B) A Polícia Militar somente poderá ser convocada em situações de crime comum de grande repercussão.
- (C) A Polícia Militar poderá ser convocada exclusivamente para operações fora do território nacional.
- (D) A Polícia Militar poderá ser convocada, total ou parcialmente, para garantir a segurança de eventos esportivos ou culturais, mesmo sem qualquer relação com guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública.
- (E) A Polícia Militar poderá ser convocada, total ou parcialmente, em caso de guerra externa e para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, bem como nos casos de calamidade pública declarada pelo Governo Federal e no estado de emergência.

41 - De acordo com o Decreto nº 88.777/1983 (R-200), aponte a alternativa correta.

- (A) Perturbação da ordem é definida como situação que compromete a integridade nacional e o livre funcionamento de poderes constituídos, demandando operações militares.
- (B) A manutenção da ordem pública é uma atividade estática, restrita à fiscalização de normas legais, sem atuação preventiva ou repressiva.
- (C) Material bélico de Polícia Militar compreende apenas armamento e munição, não incluindo outros materiais operacionais.
- (D) Policiamento ostensivo é a ação policial, exclusiva das Polícias Militares, em que o policial ou fração de tropa é identificada de relance pela farda, equipamento ou viatura, visando à manutenção da ordem pública.
- (E) Ordem pública é a atividade pela qual as Polícias Militares realizam exclusivamente operações militares de defesa territorial, sem qualquer vínculo com segurança pública.

42 - Com base no Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, é correto afirmar que:

- (A) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei podem utilizar armas de fogo sempre que considerarem conveniente, desde que haja suspeita de crime.
- (B) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem empregar a força de maneira rotineira, como forma de reafirmação da autoridade policial.
- (C) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei farão uso de armas de fogo mesmo quando medidas menos drásticas sejam suficientes para controlar a situação, desde que o agente esteja sozinho na ocorrência.
- (D) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei só podem empregar a força quando estritamente necessária e na medida exigida para o cumprimento do seu dever.
- (E) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei podem empregar a força para assegurar respeito à sua autoridade pessoal, ainda que tal emprego não seja estritamente necessário ao cumprimento do dever.

43 - Com base exclusivamente na Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, promulgada pelo Decreto nº 40/1991, assinale a alternativa correta quanto ao conceito de "tortura" adotado pelo tratado.

- (A) Considera-se "tortura" qualquer dor ou sofrimento causado a uma pessoa, independentemente de sua intensidade, finalidade, ou de intervenção, instigação, consentimento ou aquiescência de funcionário público, bastando que ocorra em qualquer território sob jurisdição de um Estado Parte.
- (B) Considera-se "tortura" apenas a dor ou sofrimento físico, agudo ou não, infligido a uma pessoa por particular sem qualquer vínculo com funções públicas, sendo irrelevante a finalidade do ato para sua caracterização.
- (C) Considera-se "tortura" qualquer ato de imposição de dor ou sofrimento agudo, físico ou mental, desde que praticado para obtenção de confissão, ainda que decorrente exclusivamente de sanções legítimas aplicadas por autoridade competente.
- (D) Considera-se "tortura" todo e qualquer sofrimento físico ou mental causado por particular, sem qualquer participação, instigação, consentimento ou aquiescência de agente público.
- (E) Considera-se "tortura" qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa, para obter informações ou confissões, castigá-la, intimidá-la ou coagi-la, ou por motivo baseado em discriminação de qualquer natureza, quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com seu consentimento ou aquiescência, não se incluindo, nesse conceito, dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que lhes sejam inerentes ou delas decorram.

44 - Em atenção aos mandamentos expressos na Convenção Contra a Tortura promulgada pelo Decreto nº 40/1991, marque a alternativa correta quanto às circunstâncias que não podem ser invocadas para justificar a prática de tortura.

- (A) Circunstâncias excepcionais, como estado de guerra ou emergência pública, podem justificar a tortura se necessárias à segurança nacional.
- (B) A tortura pode ser justificada quando houver instabilidade política interna e risco iminente à ordem pública.
- (C) A tortura pode ser admitida quando houver ordem expressa de autoridade pública superior em situação emergencial.
- (D) Nenhuma circunstância excepcional, como ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, pode ser invocada como justificação para tortura.
- (E) A prática de tortura pode ser justificada quando estiver expressamente autorizada em legislação interna aprovada em situação de emergência nacional.

45 - De acordo com o Decreto nº 88.777/83, compete ao Estado-Maior do Exército, por intermédio da Inspetoria-Geral das Polícias Militares:

- (A) Controlar e coordenar as Polícias Militares, sem participação do Governo dos Estados, dentre outros.
- (B) Indicar dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares, dentre outros.
- (C) A homologação dos planos estaduais de Defesa Interna e de Defesa Territorial, dentre outros.
- (D) Aprovar ou reprovar qualquer aumento ou diminuição dos salários dos efetivos das Polícias Militares, dentre outros.
- (E) Orientar as Polícias Militares, cooperando no estabelecimento e na atualização da legislação básica relativa a essas Corporações, dentre outros.

LEGISLAÇÃO DA PMES

46 - Tendo em vista as disposições presentes na Lei Complementar nº 420/2007, em especial sobre a estrutura da modalidade remuneratória por subsídio dos militares, assinale a alternativa que indique corretamente em quantas referências será estruturada a carreira militar.

- (A) 15 (quinze) referências.
- (B) 18 (dezoito) referências.
- (C) 10 (dez) referências.
- (D) 20 (vinte) referências.
- (E) 25 (vinte e cinco) referências.

47 - Acerca das disposições presentes na Lei Complementar nº 420/2007, podemos afirmar que os subsídios dos militares serão alterados por:

- (A) Lei Complementar.
- (B) Decreto.
- (C) Portaria do Chefe do Comando.
- (D) Lei Ordinária.
- (E) Resolução administrativa interna do Comando-Geral.

48 - Em se tratando das disposições presentes na Lei Complementar nº 420/2007, acerca da incapacidade definitiva para o serviço ativo dos militares remunerados pela modalidade de subsídio, é possível afirmar que o militar da ativa, julgado incapaz definitivamente por ferimento recebido em operações militares, será reformado:

- (A) Após 4 anos de efetiva contribuição ao regime de previdência.
- (B) A qualquer tempo de contribuição ao regime de previdência.
- (C) Após 2 anos de efetiva contribuição ao regime de previdência.
- (D) Após 1 ano de efetiva contribuição ao regime de previdência.
- (E) Somente após completar 10 anos de contribuição ao regime de previdência.

49 - Acerca dos requisitos para ingresso na Polícia Militar do Espírito Santo, à luz do que nos leciona a Lei nº 3.196/1978, assinale a alternativa correta.

- (A) É facultada a aprovação em exame toxicológico/antidoping, do tipo "janela de larga detecção" ou outro de aferição superior, realizado em caráter público, comprovado pela Diretoria de Saúde e realizado a qualquer tempo durante o processo seletivo.
- (B) O Exame Intelectual terá caráter classificatório, sendo vedada sua utilização em caráter eliminatório.
- (C) Para provimento nos quadros de Oficiais é requisito obrigatório ser brasileiro nato.
- (D) O provimento nos quadros de Oficiais é requisito obrigatório ser brasileiro naturalizado.
- (E) A comprovação de escolaridade superior é requisito obrigatório para provimento nos quadros de oficiais.

50 - Tomando por base as disposições presentes na Lei nº 3.196/1978, assinale a alternativa que indique corretamente a altura mínima, descalço e descoberto para ingresso na Polícia Militar do Espírito Santo.

- (A) 1,75 m para homens e 1,60 m para mulheres.
- (B) 1,60 m para homens e 1,50 m para mulheres.
- (C) 1,55 m para homens e 1,50 m para mulheres.
- (D) 1,70 m para homens e 1,65 m para mulheres.
- (E) 1,65 m para homens e 1,60 m para mulheres.

51 - Ao tratarmos dos deveres e obrigações dos policiais militares à luz do que nos disciplina a Lei nº 3.196/1978, é correto afirmar que compreende dever do policial militar:

- (A) A proibição ao culto aos símbolos nacionais.
- (B) O culto a símbolos internacionais.
- (C) O rigoroso cumprimento das obrigações e ordens, exceto quando discordar desta.
- (D) A dedicação integral ao serviço policial militar e a fidelidade à instituição a que pertence, mesmo com o sacrifício da própria vida.
- (E) A dedicação ao serviço policial militar é facultativa, podendo o militar recusar missões incompatíveis com sua vontade.

52 - Tomando por base as imposições presentes na Lei nº 3.196/1978, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Espírito Santo, ao tratarmos da remuneração, é correto afirmar que:

- (A) É proibido acumular remuneração de inatividade.
- (B) É vedada a revista aos proventos da inatividade.
- (C) É vedada a cumulação da remuneração aos Policiais Militares da Reserva Remunerada quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto à função de magistério ou de cargo em comissão ou quanto ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.
- (D) É vedada a cumulação da remuneração aos Policiais Militares reformados quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto à função de magistério ou de cargo em comissão ou quanto ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.
- (E) Os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida pelo policial militar da ativa, no posto ou graduação correspondente ao de seus proventos.

53 - A respeito da agregação dos Policiais Militares, à luz do que nos leciona a Lei nº 3.196/1978, aponte a alternativa que indique corretamente o prazo que o Policial Militar deve ser agregado em razão de licença para tratar de interesse particular.

- (A) 02 (dois) meses contínuos.
- (B) 06 (seis) meses contínuos.
- (C) 10 (dez) meses contínuos.
- (D) 04 (quatro) meses contínuos.
- (E) 12 (doze) meses contínuos.

54 - Em atenção às diretrizes da Lei nº 3.196/1978, considera-se ausente o Policial Militar que deixar de comparecer à sua organização policial militar sem comunicar qualquer motivo de impedimento ou ausentar-se sem licença da Unidade onde serve ou local onde deve permanecer por período superior a:

- (A) 12 (doze) horas.
- (B) 06 (seis) horas.
- (C) 03 (três) horas.
- (D) 48 (quarenta e oito) horas.
- (E) 24 (vinte e quatro) horas.

55 - Acerca do desaparecimento e do extravio de policiais militares, à luz do que disciplina a Lei nº 3.196/1978, considera-se extraviado o policial militar da ativa que, no desempenho de qualquer serviço, em viagem, em operações policiais militares ou em caso de calamidade pública, permanecer desaparecido, sem indícios de deserção, por período superior a:

- (A) 20 (vinte) dias.
- (B) 15 (quinze) dias.
- (C) 30 (trinta) dias.
- (D) 10 (dez) dias.
- (E) 5 (cinco) dias.

56 - Em se tratando das disposições presentes na Lei Complementar nº 911/2019, assinale a alternativa que indique corretamente ao menos uma das competências do presidente da Comissão de Promoção de Praças.

- (A) Controlar a escala de distribuição de processos.
- (B) Tomar as medidas necessárias para o preparo e estudo das promoções das Praças.
- (C) Organizar e manter em dia o fichário e o arquivo da CPP.
- (D) Designar, por escala, os relatores de processos, na ordem inversa da antiguidade, excluindo daquela o Secretário da CPP.
- (E) Designar diretamente todos os membros da Comissão, independentemente de escala ou regras internas.

57 - Tendo por base as informações presentes na Lei Complementar nº 533/2009, assinale a alternativa que indique corretamente a quem estão subordinados os órgãos de direção geral, direção setorial e de execução.

- (A) Governador Estadual e ao Comandante geral.
- (B) Comandante geral e ao Subcomandante geral.
- (C) Governador Estadual e Prefeito Municipal.
- (D) Comandante Geral e Capitão.
- (E) Ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

58 - Ao tratarmos das recompensas e dispensas do serviço, à luz do que nos disciplina a Lei nº 3.196/1978, podemos afirmar que:

- (A) É vedada a concessão de dispensa aos policiais militares para desconto em férias.
- (B) As recompensas são autorizações concedidas aos policiais militares para afastamento total do serviço em caráter temporário.
- (C) Elogios, louvores e referências elogiosas não constituem recompensas aos policiais militares.
- (D) O prêmio de Honra ao Mérito se refere a recompensa aos policiais militares.
- (E) É vedada a concessão de dispensas aos policiais militares como recompensa.

59 - Ao tratarmos dos critérios para as promoções, abordados pela Lei Complementar nº 911/2019, pode-se afirmar que consistem em:

- (A) Merecimento intelectual, merecimento e de antiguidade.
- (B) Merecimento intelectual, número de titulações e antiguidade.
- (C) Merecimento, condecorações recebidas e maior número de cursos realizados.
- (D) Merecimento, ausência de faltas injustificadas e comprometimento.
- (E) Exclusivamente a antiguidade, sem qualquer análise de merecimento.

60 - Ao tratarmos da promoção por incapacidade definitiva, à luz do que nos leciona a Lei Complementar nº 911/2019, é correto afirmar que:

- (A) A promoção por incapacidade definitiva será efetivada por proposta do interessado ao Comandante Geral, mediante processo regular, independente de vaga, de data própria e de estar incluído em Quadro de Acesso, quando o militar estadual, no cumprimento de suas funções e no exercício de atividade policial militar ou bombeiro militar, sofrer lesões que o tornem temporariamente incapacitado ou inválido para o serviço ativo da respectiva Instituição Militar Estadual.
- (B) A promoção por incapacidade definitiva dispensa a apuração das circunstâncias do fato, por meio de procedimento próprio regulado pela Instituição Militar Estadual, ocorrendo independentemente de expedição de parecer pela Junta Militar de Saúde (JMS).
- (C) A promoção por incapacidade definitiva é aquela que visa expressar o reconhecimento do Estado à Praça ou ao Oficial lesionado gravemente no cumprimento do dever ou em consequência disto.
- (D) A promoção por incapacidade definitiva se efetuará mesmo se apurado que as lesões ocorreram em consequência de conduta atentatória à honra pessoal, ao pundonor policial militar ou ao decore da classe, ou em razão do descumprimento de ordem ou de preceito legal ou regulamentar.
- (E) A promoção por incapacidade definitiva somente ocorrerá após avaliação psicológica, mesmo que não haja incapacidade física.

61 - A respeito do perecimento do direito em razão do decurso do tempo, à luz do que nos leciona a Lei nº 3.196/1978, é correto afirmar que o direito da Administração de anular os atos administrativos relacionados a inatividade ou pensão militar, de que decorram efeitos favoráveis para os militares ou seus beneficiários, decai em:

- (A) 05 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (B) 02 (dois) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (C) 05 (cinco) anos, contados da data em que se tomou conhecimento da prática do ato, salvo comprovada má-fé.
- (D) 10 (dez) anos, contados da data em que se tomou conhecimento da prática do ato, salvo comprovada má-fé.
- (E) 10 (dez) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

62 - Tomando por base as imposições expressas na Lei Complementar nº 533/2009, é correto afirmar que o efetivo da Polícia Militar do Espírito Santo é fixado em:

- (A) 9.791.
- (B) 2.536.
- (C) 8.596.
- (D) 4.752.
- (E) 12.000.

63 - Tendo em vista as imposições presentes na Lei Complementar nº 962/2020, que institui o Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais do Espírito Santo (CEDME), em especial sobre as sanções disciplinares, é correto afirmar que a sanção de suspensão não poderá exceder a:

- (A) 15 (quinze) dias.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 20 (vinte) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.
- (E) 45 (quarenta e cinco) dias.

64 - Em análise às imposições da Lei nº 3.196/1978, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Espírito Santo, em especial sobre o desligamento ou exclusão do serviço ativo, é correto afirmar que:

- (A) O desligamento do serviço ativo será processado após a expedição de ato do Governador do Estado, ou de autoridades as quais tenham sido delegados poderes para isso.
- (B) A transferência para a reserva remunerada ou a reforma isentam o policial militar da indenização dos prejuízos causados à Fazenda Estadual ou a terceiros, bem como de pagamento das pensões decorrentes de sentença judicial.
- (C) O desligamento da Organização Militar Estadual em que serve deverá ser feito antes da publicação no Diário Oficial ou em Boletim, do ato oficial correspondente, no prazo estabelecido.
- (D) A transferência para a reserva remunerada ou a reforma isentam o policial militar da indenização dos prejuízos causados à Fazenda Estadual, porém tal isenção não é aplicada a terceiros.
- (E) O desligamento é automático, independentemente de ato formal da autoridade competente.

65 - A respeito das disposições da Lei Complementar nº 533/2009, aponte a alternativa que corresponda a pelo menos uma das competências da Polícia Militar do Espírito Santo.

- (A) Exercer a administração, a gestão e o comando da corporação, assessorado pelos órgãos de direção e de execução, visando ao exercício de sua competência constitucional.
- (B) Celebrar convênios e contratos de interesse da Polícia Militar com entidades de direito público ou privado, respeitada a legislação afim.
- (C) Encaminhar a proposta orçamentária, bem como suas alterações, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas na legislação pertinente.
- (D) Fiscalizar exclusivamente o armamento das unidades operacionais.
- (E) Atuar de maneira proativa e reativa, em locais ou áreas específicas em que se presuma ser possível a ocorrência de perturbação da ordem pública.

66 - Com base nas informações presente na Lei Complementar nº 962/2020, que trata do Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais do Espírito Santo (CEDME), em especial sobre a ética militar estadual, é correto afirmar que:

- (A) Honra pessoal refere-se ao indivíduo como militar estadual e está relacionado à sua honra pessoal; é o esforço do militar estadual em pautar sua conduta como a de um profissional correto, estando de serviço ou não, devendo o militar estadual manter alto padrão de comportamento ético, que se refletirá no seu desempenho perante a Corporação a que serve e no grau de respeito que lhe é devido.
- (B) Sentimento do dever é o exercício, com autoridade e eficiência, das funções que lhe são atribuídas em decorrência do cargo, o cumprimento das leis, regulamentos e ordens e a dedicação integral ao serviço.
- (C) Pundonor militar é a conduta individual, a sua boa reputação e o respeito de que é merecedor no seio da comunidade; é o sentimento de dignidade própria e o apreço, que o torna merecedor de admiração perante seus superiores, pares e subordinados.
- (D) Decoro da classe é o exercício, com autoridade e eficiência, das funções que lhe são atribuídas em decorrência do cargo, o cumprimento das leis, regulamentos e ordens e a dedicação integral ao serviço.
- (E) Honra pessoal refere-se somente ao comportamento interno do militar, não se aplicando à sua conduta pública.

67 - A respeito das disposições finais e transitórias da LC nº 533/2009, é correto afirmar que:

- (A) A Qualificação Policial Militar de Praça “SEIS” (QPMP-6) passa a denominar-se: Qualificação Policial Militar de Praças Músicos (QPMP-M).
- (B) A Qualificação Policial Militar de Praça “UM” (QPMP-1) e a Qualificação Policial Militar de Praça “TRÊS” (QPMP-3) passam a denominar-se: Qualificação Policial Militar de Praças Auxiliares de Saúde (QPMP-S).
- (C) Compete ao Comandante Geral a criação, transformação, extinção, denominação, localização e a estruturação dos órgãos de direção geral, setorial e de execução, de acordo com a organização básica e dentro dos limites de efetivo fixados nesta Lei Complementar.
- (D) A denominação da QPMP-5 passa a ser “Praças Administrativos”.
- (E) A Qualificação Policial Militar de Praça “QUATRO” (QPMP-4) passa a denominar-se: Qualificação Policial Militar de Praças Músicos (QPMP-M).

68 - Consubstanciado na Lei Complementar nº 962/2020, em especial sobre a violação da ética, do valor e do dever militar estadual, assinale a alternativa correta.

- (A) A apuração da responsabilidade funcional disciplinar não poderá concluir pela incompatibilidade do militar estadual com o cargo ou pela incapacidade para o exercício das funções a ele inerentes.
- (B) A absolvição criminal afasta a responsabilidade civil ou administrativa do militar, independentemente se concluir pela inexistência do fato ou lhe negar a autoria.
- (C) A inobservância da ética, dos valores e dos deveres especificados neste Código acarreta, para o militar estadual, responsabilidade funcional disciplinar, independente da responsabilidade penal e civil.
- (D) É vedado solicitar ordem por escrito, mesmo que haja dúvida quanto a esta.
- (E) O militar não poderá ser responsabilizado disciplinarmente quando houver dúvida sobre sua intenção.

69 - Ao tratarmos do dever do Militar Estadual, à luz do que nos leciona o Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais do Espírito Santo, instituído pela LC nº 962/2020, é correto afirmar que:

- (A) É vedado ao policial militar o culto aos símbolos estaduais, devendo este ser prestado somente aos símbolos nacionais.
- (B) É facultado ao militar estadual agir com probidade e lealdade em todas as circunstâncias.
- (C) É dever do militar estadual a atuação diligente para preservar a ordem pública ou prestar socorro apenas em horário de serviço.
- (D) Consiste em dever do militar estadual a dedicação integral ao serviço militar estadual e a fidelidade à corporação a qual pertence, mesmo com o sacrifício da própria vida.
- (E) O militar estadual somente tem dever de preservar a ordem pública quando expressamente autorizado pelo superior hierárquico.

70 - Tendo em vista as imposições do Código de Ética e Disciplina dos Policiais Militares Estaduais, instituído pela Lei Complementar nº 962/2020, é correto afirmar que:

- (A) Os alunos dos cursos de formação inicial ou continuada, em atividade pedagógica, não estão sujeitos às disposições do Código de Ética e Disciplina dos Policiais Militares Estaduais, mas somente às normas específicas das organizações militares de ensino onde estejam matriculados.
- (B) O militar estadual na condição de adido, agregado, reconvocato voluntário ou não, não está sujeito às normas do Código de Ética e Disciplina dos Policiais Militares Estaduais.
- (C) O militar estadual está sujeito ao regime disciplinar previsto no Código de Ética e Disciplina dos Policiais Militares Estaduais a partir da data do seu ingresso na Corporação, de sua matrícula em instituição de ensino militar estadual ou de sua posse.
- (D) Estão sujeitos às normas do Código de Ética e Disciplina dos Policiais Militares Estaduais os militares estaduais ocupantes de cargos públicos eletivos, enquanto estiverem exercendo o mandato, desde a diplomação realizada pela Justiça Eleitoral.
- (E) Apenas militares da ativa estão sujeitos ao Código de Ética, excluindo agregados e inativos.

CONHECIMENTO JURÍDICO

71 - Após a conclusão de procedimento administrativo que apurava abuso de autoridade cometido por um servidor público, a vítima encaminhou representação ao Ministério Público com documentos e testemunhos que, em tese, permitiriam o oferecimento imediato de denúncia. Mesmo após o término do prazo legal para manifestação, o órgão ministerial permaneceu inerte, limitando-se a solicitar novas informações sem justificar a postergação. Decorridos os dias seguintes, a vítima passou a avaliar a possibilidade de exercer iniciativa acusatória própria. Considerando o regime jurídico da ação penal aplicável aos crimes previstos na Lei nº 13.869/2019, a qual dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa correta.

- (A) A vítima poderá propor ação penal privada mesmo antes do esgotamento do prazo ministerial, desde que demonstre que a demora compromete a efetividade da persecução penal, por força do princípio da duração razoável do processo.
- (B) A vítima não poderá ajuizar ação privada, pois os crimes da Lei nº 13.869/2019, por se relacionarem ao exercício da função pública, são de titularidade exclusiva do Ministério Público, admitindo apenas intervenção auxiliar do ofendido.
- (C) A vítima poderá propor ação penal privada desde que o juiz reconheça expressamente a inércia injustificada do Ministério Público e intime o órgão acusador para que se manifeste quanto à possibilidade de aditamento posterior.
- (D) A vítima poderá propor ação penal privada de forma subsidiária, desde que já tenha se esgotado o prazo para o oferecimento da denúncia e respeitado o limite de seis meses para o ajuizamento da queixa, mantendo-se assegurada a possibilidade de atuação plena do Ministério Público no curso da ação.
- (E) A vítima poderá propor ação penal privada subsidiária independentemente do prazo de seis meses, desde que comprove a existência de justa causa para a persecução penal e apresente representação formal ao juízo competente, que deverá intimar previamente o Ministério Público para manifestação obrigatória.

72 - Letícia registrou ocorrência policial contra seu ex-companheiro Danilo, relatando que vem sofrendo ameaças constantes e que ele comparece diariamente à porta de seu trabalho para intimidá-la. Consta dos autos que Danilo é servidor público com porte funcional autorizado. O juízo competente, ao receber o expediente, constatou a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher e determinou, como medida protetiva de urgência, a proibição de aproximação de Letícia, bem como a suspensão da posse e restrição do porte de arma de Danilo. Considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006 e a situação narrada, marque a afirmativa correta.

- (A) O juiz deverá comunicar ao respectivo órgão público as medidas protetivas concedidas e determinar a restrição do porte de armas, ficando o superior hierárquico de Danilo responsável pelo cumprimento da ordem judicial, sob pena de incorrer em crime.
- (B) A suspensão da posse e restrição do porte de arma funcional de Danilo depende de prévia manifestação do Ministério Público e do órgão ao qual está vinculado, não podendo o juiz determinar de imediato tal medida.
- (C) A medida de restrição de porte de arma funcional extrapola os limites da competência do juízo de violência doméstica, devendo ser requerida em ação autônoma perante o órgão disciplinar competente.
- (D) A suspensão do porte de arma funcional somente pode ser determinada após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, em observância ao princípio da presunção de inocência.
- (E) O juiz poderá determinar a suspensão da posse e restrição do porte de arma funcional, mas deverá assegurar prévia oitiva do agressor e de seu defensor, em respeito ao contraditório, antes de comunicar formalmente o órgão público responsável pela execução da medida.

73 - No âmbito das garantias constitucionais que regulam a atuação estatal em situações de privação da liberdade, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece um conjunto de salvaguardas destinado a limitar o poder punitivo, assegurar controle judicial e proteger a dignidade da pessoa presa. Considerando essas normas constitucionais, assinale a opção correta.

- (A) A Constituição permite que a autoridade judicial determine a prisão de forma verbal em situações excepcionais, desde que a decisão seja posteriormente formalizada por escrito.
- (B) A comunicação imediata da prisão ao juiz competente e à família do detido, ou à pessoa por ele indicada, configura garantia essencial que deve ser observada em qualquer espécie de prisão.
- (C) A exigência de identificação dos agentes responsáveis somente se aplica ao ato de prisão, não alcançando os procedimentos de interrogatório conduzidos pela autoridade policial.
- (D) A concessão de liberdade provisória é admitida exclusivamente quando não houver previsão legal de fiança, sendo vedada nos casos em que a legislação autorize a custódia cautelar.
- (E) A comunicação da prisão à família do detido pode ser dispensada pela autoridade policial quando houver fundado receio de que tal providência comprometa as investigações ou facilite a ocultação de provas relacionadas ao delito apurado.

74 - O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a medida socioeducativa de liberdade assistida, a qual visa acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. Considerando o regime jurídico aplicável, identifique a opção correta.

- (A) A liberdade assistida exige prazo pré-fixado pelo juiz que não poderá ser inferior a seis meses nem ser objeto de substituição ou revogação antes de transcorrido esse lapso, salvo em hipóteses de força maior devidamente comprovadas.
- (B) A designação do orientador pode ser suprida pela simples indicação de entidade de atendimento, de modo que, quando recomendada instituição idônea, não é imprescindível a nomeação de pessoa singular indicada pela autoridade para o acompanhamento individualizado.
- (C) A iniciativa de medidas de acompanhamento escolar e profissionalização caberá exclusivamente ao juiz, e não ao orientador, de modo que as atividades educativas e de inserção laboral mencionadas pela lei são meramente facultativas e dependentes de novo ato judicial específico.
- (D) A liberdade assistida pode ser aplicada cumulativamente com a medida de semiliberdade, desde que fundamentada na gravidade do ato infracional e na necessidade de maior rigor pedagógico, cabendo ao orientador designado fiscalizar o cumprimento de ambas as medidas simultaneamente.
- (E) A liberdade assistida tem prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída a qualquer tempo, e impõe a designação de pessoa capacitada para acompanhar o caso, cujo rol de atribuições inclui promoção social do adolescente e da família, supervisão escolar, diligência para inserção no trabalho e apresentação de relatório.

75 - Quanto à realização de provas ou competições desportivas em vias abertas à circulação, conforme disciplinado no Código de Trânsito Brasileiro, marque a alternativa correta.

- (A) A realização de provas desportivas em via aberta à circulação depende de autorização da confederação desportiva competente e de prévia permissão da autoridade de trânsito, sendo facultativa a apresentação de caução para cobertura de eventuais danos.
- (B) O contrato de seguro exigido para a realização de competições desportivas deve cobrir exclusivamente os danos materiais causados à via pública, não abrangendo riscos e sinistros que possam afetar terceiros envolvidos no evento.
- (C) A autoridade com circunscrição sobre a via tem competência para arbitrar os valores mínimos da caução ou fiança e do contrato de seguro exigidos para a realização de provas ou competições desportivas em vias abertas.
- (D) Os custos operacionais em que o órgão permissionário incorrer devem ser ressarcidos posteriormente à realização do evento desportivo, mediante apresentação de planilha detalhada das despesas efetivamente realizadas pela entidade organizadora.
- (E) A autorização da confederação desportiva competente pode ser dispensada quando se tratar de competição de âmbito exclusivamente municipal, desde que a autoridade de trânsito local ateste a conformidade técnica do evento e assuma a responsabilidade solidária pelos danos eventualmente causados.

76 - Considerando o disposto na Lei nº 9.455/1997, marque o item correto quanto às causas que aumentam a pena do crime de tortura, de um sexto até um terço.

- (A) Se o crime submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.
- (B) Se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos.
- (C) Se o crime resulta em lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.
- (D) Se o crime é cometido em razão de discriminação racial ou religiosa.
- (E) Se o crime é praticado com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

77 - O Código Penal Militar apresenta como causas extintivas da punibilidade, corretamente, o que se afirma em:

- (A) pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.
- (B) nos crimes permanentes, da data em que o fato se tornou conhecido.
- (C) pela decisão confirmatória da pronúncia.
- (D) pela prescrição, decadência ou preempção.
- (E) pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.

78 - Quanto à aplicação das penas principais, conforme inteligência do Código Penal Militar, está correto apenas o que se afirma em:

- (A) O condenado pela Justiça Militar de uma região, distrito ou zona jamais poderá cumprir pena em estabelecimento de outra região, distrito ou zona.
- (B) A pena de impedimento sujeita o condenado a permanecer no recinto da unidade, com prejuízo da instrução militar.
- (C) O mínimo da pena de reclusão é de um a dois anos, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de seis meses, e o máximo de dez anos.
- (D) A pena de reclusão ou de detenção até 2 (dois) anos, aplicada a militar, é convertida em pena de prisão, quando não cabível a suspensão condicional.
- (E) Por crime militar praticado em tempo de guerra, o civil ficará sujeito a cumprir a pena toda em penitenciária militar.

79 - No que concerne às circunstâncias agravantes das penalidades dos crimes de trânsito, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro, indique a alternativa correta.

- (A) A condução do veículo por condutor habilitado em categoria inferior à exigida agrava a pena, o que não se aplica quando o condutor possuir Permissão para Dirigir em categoria diversa da necessária.
- (B) A utilização de veículo sem placas constitui agravante dos crimes de trânsito, enquanto a utilização de placas adulteradas configura apenas infração administrativa autônoma.
- (C) A prática de crime de trânsito utilizando veículo em que tenham sido adulterados equipamentos ou características que afetem a sua segurança ou o seu funcionamento conforme os limites prescritos nas especificações do fabricante.
- (D) A profissão ou atividade do condutor que exija cuidados especiais com o transporte de cargas perigosas, não se estendendo aos condutores de transporte de passageiros, dada a natureza distinta das responsabilidades envolvidas.
- (E) A adulteração de equipamentos do veículo somente quando comprovado que afetou diretamente a ocorrência do crime de trânsito, não bastando a mera constatação de que tais alterações comprometem a segurança ou os limites de velocidade prescritos pelo fabricante.

80 - Considerando as disposições do Código Penal sobre os crimes contra a vida, marque o item correto.

- (A) O crime de homicídio qualificado pelo emprego de arma de fogo somente se configura quando a arma de fogo utilizada for de uso restrito ou proibido.
- (B) Caracteriza-se homicídio qualificado aquele cometido nas dependências de instituição de ensino.
- (C) No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.
- (D) O feminicídio somente se caracteriza quando o crime é praticado na vigência de relacionamento conjugal ou de união estável, não se aplicando a qualificadora aos casos em que o homicídio ocorre após o término da relação afetiva, ainda que motivado pelo inconformismo com o fim do vínculo.
- (E) No homicídio doloso, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.

81 - Considerando o que dispõe o Código de Processo Penal sobre o instituto jurídico da busca e da apreensão, aponte a alternativa correta.

- (A) Será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado.
- (B) A busca jamais poderá ser determinada de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.
- (C) Não sendo encontrada a pessoa ou coisa procurada, os motivos da diligência serão comunicados a quem tiver sofrido a busca, se o requerer.
- (D) Recalcitrando o morador, será permitido o emprego de meios moderados contra coisas existentes no interior da casa, para o descobrimento do que se procura, desde que não resultem em danos.
- (E) As buscas domiciliares serão executadas de dia, ainda que o morador consinta que se realizem à noite.

82 - A Lei nº 11.343/2006, ao disciplinar o acolhimento de usuários e dependentes de drogas em comunidades terapêuticas acolhedoras, estabelece parâmetros obrigatórios para o funcionamento dessas entidades, especialmente após as alterações introduzidas pela Lei nº 13.840/2019. Considerando as diretrizes legais que definem as condições de ingresso e permanência nessas comunidades, marque a alternativa correta.

- (A) A permanência do usuário pode ocorrer de forma determinada pela família ou responsável legal, independentemente do consentimento expresso do acolhido, desde que haja justificativa social relevante.
- (B) A adesão e a permanência do acolhido devem ser voluntárias e formalizadas por escrito, configurando etapa transitória destinada à futura reinserção social e econômica.
- (C) A lei permite, para fins terapêuticos, o isolamento físico temporário do acolhido, desde que supervisionado por equipe multidisciplinar e anotado em prontuário.
- (D) A avaliação médica prévia é facultativa, sendo exigida apenas quando houver suspeita de comorbidade que demande atenção especializada.
- (E) O acolhimento em comunidade terapêutica pode ser compulsório quando determinado judicialmente em substituição a medida socioeducativa ou como condição para suspensão condicional do processo, dispensando-se nessas hipóteses a formalização escrita da voluntariedade do acolhido.

83 - O Código de Processo Penal estabelece requisitos específicos para a formalização do auto quando o fato delituoso ocorre na presença da autoridade ou é praticado contra ela durante o desempenho funcional. Considerando essa disciplina normativa, assinale a alternativa que descreve corretamente as exigências impostas para a elaboração do referido auto.

- (A) O auto deve limitar-se à descrição objetiva da conduta, podendo a autoridade remeter relatório complementar em momento posterior, sem necessidade de assinatura das testemunhas.
- (B) O auto pode ser lavrado por servidor designado, dispensando-se a assinatura do preso quando este se recusar, hipótese em que a autoridade deverá apenas registrar a recusa, não havendo necessidade de envio imediato ao juízo.
- (C) O auto deve conter apenas a descrição do comportamento imputado ao suspeito e a identificação das pessoas presentes, sendo facultativa a transcrição das declarações e depoimentos que poderão ser colhidos posteriormente no inquérito.
- (D) O auto deve ser lavrado exclusivamente pela autoridade que presenciou o fato ou contra quem foi praticado, não se admitindo delegação a agente subordinado, devendo conter a narração dos fatos e ser remetido ao juiz competente no prazo de quarenta e oito horas, independentemente de haver ou não testemunhas disponíveis para serem ouvidas.
- (E) O auto deve conter a narração do fato ocorrido diante da autoridade ou contra ela, a voz de prisão, as declarações prestadas pelo preso e os depoimentos das testemunhas, devendo ser assinado pela autoridade, pelo preso e pelas testemunhas e encaminhado imediatamente ao juiz competente, salvo quando a própria autoridade que o preside detenha essa competência.

84 - A Constituição estabelece um conjunto de princípios que orientam a atuação brasileira no plano internacional, assegurando alinhamento entre a política externa e os valores estruturantes do Estado. Considerando tais diretrizes, assinale a alternativa correta.

- (A) A atuação internacional do Brasil permite intervenções unilaterais em outros Estados quando houver interesse estratégico relevante, desde que posteriormente justificadas em organismos multilaterais.
- (B) A política externa brasileira pode relativizar a concessão de asilo político quando houver risco de desgaste diplomático, já que a Constituição não trata expressamente dessa possibilidade.
- (C) As relações internacionais do Brasil se orientam, entre outros, pela solução pacífica dos conflitos, a igualdade entre os Estados e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (D) O repúdio ao terrorismo exige rompimento automático de relações diplomáticas com qualquer Estado envolvido em episódios de violência política, sem necessidade de avaliação caso a caso.
- (E) A prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais autoriza o Brasil a condicionar o estabelecimento de relações diplomáticas à prévia comprovação de que o Estado estrangeiro adota regime político democrático e respeita integralmente os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pela comunidade internacional.

85 - Acerca da representação como condição de procedibilidade nos crimes de ação penal pública condicionada, conforme previsto no Código Penal, indique a alternativa correta.

- (A) A representação será irretratável depois de oferecida a denúncia, não podendo o ofendido ou seu representante legal desistir da persecução penal após esse marco processual.
- (B) A retratação da representação é admitida até o trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que manifestada expressamente pelo ofendido perante a autoridade judiciária competente para o processo.
- (C) O oferecimento da denúncia não impede a retratação da representação, que poderá ocorrer até o início da instrução processual, momento em que se consolida definitivamente a pretensão punitiva estatal.
- (D) A representação pode ser retratada a qualquer momento antes da sentença de primeiro grau, cabendo ao Ministério Público avaliar a conveniência e oportunidade de prosseguir com a ação penal independentemente da retratação.
- (E) A possibilidade de retratação da representação persiste enquanto não houver o recebimento da denúncia pelo juiz, momento processual que marca a consolidação da iniciativa acusatória e impede o ofendido de revogar sua manifestação de vontade.

86 - Acerca da propositura da ação penal, conforme estabelecido no Código Penal Militar, identifique a opção correta.

- (A) Quando o agente for militar, a ação penal sempre dependerá da requisição do Comando da Força a que aquele estiver subordinado.
- (B) Sempre que o agente for civil, a requisição será do Ministério da Justiça.
- (C) Admitir-se-á, em casos previstos na lei militar, a ação penal condicionada à representação.
- (D) Será admitida ação privada, se a ação pública não for intentada no prazo legal.
- (E) A ação penal pública incondicionada é a única possível, disponível e aplicável aos crimes militares, independentemente da qualidade do agente.

87 - Considerando as disposições do Código Penal para os crimes contra o patrimônio, assinale o item correto.

- (A) Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção na qualidade de tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial aumenta a pena do crime de Estelionato.
- (B) Se o sequestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o sequestrado é menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha, a pena do crime de Extorsão mediante sequestro será aumentada da metade.
- (C) Configura crime de Especulação a conduta de abusar, em proveito próprio ou alheio, de necessidade, paixão ou inexperiência de menor, ou da alienação ou debilidade mental de outrem, induzindo qualquer deles à prática de ato suscetível de produzir efeito jurídico, em prejuízo próprio ou de terceiro.
- (D) Quem acha coisa alheia perdida e dela se apropria, total ou parcialmente, deixando de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor ou de entregá-la à autoridade competente, dentro do prazo de quinze dias, pratica o crime de Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza.
- (E) O crime de Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico, se configura ao destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente, funciona apenas como forma do Dano Qualificado.

88 - Em relação às medidas de proteção aplicáveis às crianças e aos adolescentes, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a alternativa correta.

- (A) O acolhimento familiar ou institucional deve ocorrer no local mais próximo à residência dos pais ou responsável e, identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de orientação, apoio e promoção social, sendo facilitado o contato com a criança acolhida.
- (B) O plano individual de atendimento será elaborado pela autoridade judiciária competente logo após o acolhimento da criança, devendo contemplar exclusivamente a opinião dos técnicos responsáveis, sem necessidade de oitiva dos pais ou do adolescente.
- (C) Verificada a possibilidade de reintegração familiar, o responsável pelo programa de acolhimento comunicará o Ministério Público, que terá prazo de dez dias para manifestação, cabendo à autoridade judiciária decidir no prazo de quinze dias.
- (D) As medidas de proteção somente podem ser aplicadas de forma isolada, vedada a aplicação cumulativa, e sua substituição depende de prévia autorização do Conselho Tutelar, após análise do caso concreto pela equipe multidisciplinar.
- (E) A manutenção da criança ou do adolescente em programa de acolhimento familiar ou institucional poderá ultrapassar excepcionalmente o prazo máximo de dezoito meses, desde que haja autorização do Conselho Tutelar, dispensada a manifestação judicial quando comprovada a dificuldade momentânea da família de origem.

89 - A Lei nº 7.716/1989 tipifica diversas formas de discriminação praticadas em ambientes de uso coletivo ou voltados à prestação de serviços ao público. Em relação às condutas que envolvem negação de acesso ou recusa de atendimento em estabelecimentos como restaurantes, bares, confeitarias ou locais assemelhados abertos ao público, assinale a alternativa que expressa corretamente o enquadramento jurídico previsto na legislação.

- (A) A tipificação criminal depende da comprovação de que a recusa causou dano moral à vítima, sendo necessária representação para o início da ação penal.
- (B) A recusa de atendimento somente constitui crime quando vinculada a preconceito de raça e cor, desde que praticada por funcionário público no exercício da função.
- (C) O impedimento de acesso configura contravenção penal, punida com pena alternativa de multa ou prestação de serviços à comunidade.
- (D) O impedimento ou recusa constitui crime punido com reclusão de um a três anos, consumando-se independentemente da ocorrência de efetivo prejuízo à vítima.
- (E) A responsabilização penal pela recusa de atendimento exige a demonstração de habitualidade da conduta discriminatória no estabelecimento, não se caracterizando o crime quando o ato é isolado e sem reiteração comprovada.

90 - Em relação ao concurso de pessoas e às circunstâncias que influenciam na dosimetria da pena nos crimes militares, conforme disciplinado no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) As condições ou circunstâncias de caráter pessoal comunicam-se entre os concorrentes do crime quando influenciarem diretamente no resultado da conduta delituosa, ainda que não constituam elementares do tipo penal praticado.
- (B) A punibilidade de qualquer dos concorrentes é independente da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade, não se comunicando as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- (C) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio são sempre puníveis no âmbito penal militar, independentemente de o crime chegar a ser tentado ou consumado, dada a natureza especial dos bens jurídicos tutelados.
- (D) Na prática de crime de autoria coletiva necessária, são considerados cabeças apenas aqueles que dirigem a ação delituosa, não se estendendo essa qualificação aos que provocam, instigam ou excitam a conduta dos demais agentes.
- (E) A participação de menor importância no crime militar deve ser reconhecida automaticamente quando o agente não exerce função de comando, reduzindo-se a pena sem necessidade de exame sobre a efetiva contribuição causal para o resultado.

91 - Acerca dos direitos e deveres dos pedestres e condutores de veículos não motorizados, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, assinale a opção correta.

- (A) Nas vias rurais, quando não houver acostamento disponível, os pedestres deverão circular pela pista de rolamento no mesmo sentido do deslocamento dos veículos, mantendo-se sempre pelos bordos da pista em fila única.
- (B) O pedestre está obrigado a utilizar as faixas ou passagens a ele destinadas quando estas existirem numa distância de até cem metros de sua posição, devendo observar as normas de segurança estabelecidas.
- (C) O ciclista que conduza a bicicleta pela via sem estar montado sobre ela equipara-se ao pedestre apenas em seus deveres, mantendo as responsabilidades específicas dos condutores de veículos não motorizados quanto aos direitos.
- (D) A prioridade conferida ao pedestre que realiza travessia em faixa delimitada somente prevalece quando houver agente de trânsito coordenando o fluxo, deixando de existir nas situações em que a passagem é regulada exclusivamente por semáforo.
- (E) Nos locais com sinalização semaforica de controle de passagem, será dada preferência aos pedestres que não tenham concluído a travessia, mesmo em caso de mudança do semáforo liberando a passagem dos veículos.

92 - Considerando o que diz a Lei nº 10.826/03, marque a alternativa correta.

- (A) Portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado configura forma do crime de Dano.
- (B) Incorre na mesma pena do crime de Comércio ilegal de arma de fogo quem vende ou entrega arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente.
- (C) Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, configura crime, ainda que essa conduta tenha como finalidade a prática de outro crime.
- (D) Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 21 (vinte e um) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade configura o crime de Posse irregular de arma de fogo.
- (E) O crime de Tráfico, contrabando ou descaminho de arma de fogo consiste no importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente.

93 - O Código de Processo Penal disciplina a legitimação para o exercício da ação penal privada quando ocorre impedimento superveniente do ofendido. À luz dessa disciplina, assinale a alternativa que indica corretamente quem poderá assumir a iniciativa de apresentar a queixa ou dar continuidade ao processo, no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial.

- (A) A legitimidade será transferida exclusivamente ao Ministério Público, que atuará como substituto processual automático diante da impossibilidade de manifestação do ofendido.
- (B) A legitimidade será conferida ao representante legal do ofendido, mesmo após sua morte, mantendo-se a mesma linha de representação estabelecida antes do impedimento.
- (C) A legitimidade será transmitida ao cônjuge, aos ascendentes, aos descendentes ou ao irmão.
- (D) A legitimidade será estendida a qualquer parente até o terceiro grau, desde que demonstre interesse jurídico na continuidade da ação.
- (E) A legitimidade será automaticamente atribuída ao inventariante do espólio, que atuará como substituto processual em nome do conjunto de herdeiros.

94 - Ricardo, nascido em 10 de março de 2005, foi vítima de crime de estupro de vulnerável quando tinha 12 anos de idade, fato ocorrido em 15 de junho de 2017. A ação penal não foi proposta até o momento. Considerando o prazo prescricional aplicável e a legislação penal vigente, o prazo prescricional começou a correr em:

- (A) 15 de junho de 2017, data do fato criminoso, devendo ser verificada a prescrição pela pena máxima cominada ao delito.
- (B) 10 de março de 2024, data em que a vítima completou 19 anos, momento da plena capacidade civil para representação criminal.
- (C) 15 de junho de 2018, um ano após o fato, considerando-se o lapso temporal para constituição de advogado pela vítima vulnerável.
- (D) 15 de julho de 2022, cinco anos após o fato.
- (E) 10 de março de 2023, data em que a vítima completou 18 anos.

95 - O estado de defesa, previsto no texto constitucional como instrumento excepcional de preservação ou restauração da normalidade institucional, submete-se a requisitos formais e materiais rigorosos, bem como à fiscalização política e jurisdicional. Considerando o regime jurídico aplicável a essa medida, indique a opção correta.

- (A) A prisão realizada durante o estado de defesa pode permanecer sem comunicação judicial por até dez dias, desde que acompanhada da declaração sobre as condições físicas e mentais do preso.
- (B) A incomunicabilidade do preso poderá ser decretada pelo executor das medidas, desde que existam razões de segurança e a decisão seja imediatamente informada ao juiz competente.
- (C) O estado de defesa poderá ser prorrogado por dois períodos sucessivos de trinta dias cada, desde que persistam as mesmas razões que motivaram sua decretação inicial.
- (D) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a quinze dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- (E) O decreto presidencial que institui o estado de defesa deve indicar sua duração, a delimitação das áreas afetadas e as medidas coercitivas adotadas, respeitando os limites previstos em lei.

INFORMÁTICA BÁSICA

96 - Durante uma capacitação em tecnologia aplicada à segurança pública, os sargentos participantes do Curso de Habilitação são instruídos sobre os componentes básicos de um computador, com foco na identificação de dispositivos e na compreensão de seu funcionamento. Essa formação visa garantir que os profissionais estejam aptos a utilizar recursos computacionais com eficiência na elaboração de relatórios, gestão de dados e comunicação institucional.

Com base nos conhecimentos sobre hardware, software, CPU, periféricos e dispositivos de entrada, saída e armazenamento de dados, assinale a alternativa correta.

- (A) O software é o componente físico do computador, responsável por realizar cálculos e armazenar dados de forma permanente.
- (B) A CPU é considerada um periférico de entrada, pois recebe comandos diretamente do usuário por meio de dispositivos como teclado e mouse.
- (C) O disco rígido (HD) é um dispositivo de entrada, pois permite que o usuário insira dados no computador por meio de arquivos.
- (D) O monitor, o teclado, o mouse e a impressora são exemplos de hardware, sendo que o monitor e a impressora são classificados como dispositivos de saída.
- (E) A memória RAM é um dispositivo de armazenamento permanente, responsável por manter os dados gravados mesmo após o computador ser desligado, garantindo maior segurança das informações.

97 - Durante a elaboração de um relatório de atividades operacionais, um sargento da Polícia Militar utiliza o editor de textos Microsoft Word 2021 para organizar as informações de forma clara e profissional. O documento exige a aplicação de margens personalizadas, alinhamento justificado dos parágrafos, visualização prévia antes da impressão e a utilização de recursos de localizar e substituir termos técnicos repetidos. Com base nas funcionalidades do Microsoft Word 2021, identifique a opção correta.

- (A) A configuração de margens personalizadas é realizada exclusivamente por meio da aba “Exibir”, onde se encontram os comandos de layout e impressão.
- (B) O alinhamento justificado dos parágrafos pode ser aplicado por meio do atalho Ctrl + L, que também permite configurar espaçamento entre linhas.
- (C) A visualização de impressão pode ser acessada diretamente pela aba “Arquivo”, onde o usuário encontra o modo de exibição “Layout de Impressão” e o recurso “Mostrar espaço em branco entre páginas”.
- (D) O Microsoft Word 2021 permite configurar margens, alinhamento e visualização de impressão apenas no modo “Layout da Web”, pois esse é o único modo que exibe todos os recursos de formatação disponíveis para edição avançada de documentos.
- (E) O recurso “Localizar e Substituir” pode ser acessado pelo atalho Ctrl + H, sendo recomendável salvar o documento antes de utilizar a opção “Substituir tudo”, pois nem sempre é possível desfazer a ação completamente.

98 - Durante uma investigação, um sargento da Polícia Militar precisa acessar informações específicas sobre legislação em segurança pública. Para isso, utiliza um computador conectado à internet, navegando por sites oficiais e realizando buscas por termos técnicos em mecanismos de pesquisa. O uso correto das ferramentas de navegação e busca é essencial para garantir agilidade e precisão na obtenção dos dados. Com base nos conhecimentos de informática básica sobre navegação na internet, correio eletrônico e ferramentas de busca, marque o item correto.

- (A) O acesso a páginas específicas da web é feito digitando o endereço eletrônico diretamente na barra de tarefas do sistema operacional.
- (B) O uso de mecanismos de busca como Google e Bing permite localizar páginas na internet por meio de palavras-chave inseridas em campos de pesquisa.
- (C) Para enviar e-mails, é necessário utilizar exclusivamente navegadores como Internet Explorer ou Mozilla Firefox, pois não há programas dedicados para essa função.
- (D) A navegação por hiperlinks exige que o usuário digite manualmente o endereço de destino, pois não há interação direta com o conteúdo da página.
- (E) Ao utilizar um navegador moderno, não é possível abrir mais de uma aba simultaneamente, sendo obrigatório fechar a página atual antes de acessar um novo site durante a navegação.

99 - Durante uma atividade de capacitação em tecnologia da informação, os sargentos do Curso de Habilitação são instruídos sobre os elementos da interface gráfica do sistema operacional Windows, com foco na navegação, organização de arquivos e uso de recursos básicos para otimizar o trabalho administrativo e operacional. Com base nos conhecimentos sobre o sistema operacional Windows, aponte a afirmação correta.

- (A) A barra de tarefas exibe os programas em execução e permite alternar entre eles com facilidade.
- (B) A lixeira do Windows armazena arquivos temporários e não pode ser esvaziada manualmente pelo usuário.
- (C) O botão Iniciar serve apenas para desligar o computador e não possui outras funcionalidades.
- (D) O Windows Explorer é utilizado exclusivamente para acessar a internet e não permite gerenciar arquivos locais.
- (E) O Painel de Controle do Windows serve apenas para alterar o papel de parede da área de trabalho, não sendo possível ajustar configurações de hardware, segurança ou dispositivos do sistema.

100 - Durante o uso de um computador em ambiente administrativo, um sargento da Polícia Militar realiza tarefas de organização de documentos e relatórios. Para isso, utiliza recursos do sistema operacional Windows, como a manipulação de janelas e a organização da área de trabalho, visando maior produtividade e clareza visual. Com base nos conhecimentos sobre operações com janelas e área de trabalho no Windows, assinale o item correto.

- (A) O botão Restaurar serve para minimizar a janela e ocultá-la completamente da área de trabalho.
- (B) A área de trabalho do Windows não permite a criação de atalhos, sendo restrita à exibição de programas em execução.
- (C) O botão Minimizar reduz a janela a um ícone na barra de tarefas, sem encerrar o programa em uso.
- (D) O botão Fechar reduz a janela para um ícone na área de trabalho, mantendo o programa em segundo plano.
- (E) A função "Maximizar" diminui o tamanho da janela ativa, permitindo que ela ocupe apenas metade da tela para facilitar o trabalho com múltiplos aplicativos.